

## RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE AS INFÂNCIAS E A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

Ismael Alves da Silva <sup>1</sup>  
Orientadora: Viviane Guidotti <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo é resultado das diversas experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado em Educação Infantil, no qual foi possível refletir sobre as estruturas educacionais vigentes que estão constantemente em contramão as lutas por uma educação progressista, proporcionando uma discussão através de caminhos que chamam a subverter tais padrões sociais e educacionais voltados a hegemonia. O objetivo deste trabalho é enfatizar a importância do Estágio Supervisionado das práticas atreladas as reflexões para o/a educador/a em formação, além de problematizar os modelos de educação hegemônicos e tradicionais, bem como o risco de práticas conservadoras que violam os direitos das crianças, trazendo olhares que possibilitam pensar práticas pedagógicas emancipatórias, verticalizando ainda uma discussão em torno das infâncias e o respeito a essas infâncias. A proposta metodológica presente neste trabalho se apoia no relato de experiências no campo de estágio, com uma abordagem qualitativa, imbricada a discussões a partir de referências bibliográficas que discute dentre outras coisas, a Educação Infantil, as Infâncias e as estruturas hegemônicas presentes na educação Brasileira. Nessa proposta, para a fomentação dessa discussão utilizou-se dos estudos de Kramer (2000), Saviani (2008), Gallina (2016), Alves (2011), dentre outros/as autores/as que foram relevantes para a construção deste trabalho, bem como o referencial em leis educacionais, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) publicada 1996. Assim, conclui-se nesse estudo a importância de práticas pedagógicas que subvertam mesmo que paulatinamente um sistema arbitrário refletido na educação, isto é, pensar uma educação homogênea, progressista, uma educação popular. É necessário estender as perversas estruturas que estão arraigadas a sociedade e colocar esse contexto em debate, afim de movimentar a educação, proporcionar mudanças em nome de uma educação em respeito a pluralidade.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado, Educação Infantil, Infâncias, Educação contra-hegemônica.

### INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o cenário educacional Brasileiro, em um contexto de políticas conservadoras, de cortes e ataques a educação, é de grande responsabilidade propor e retificar

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - PB, [ysmaelsilva1176@gmail.com](mailto:yasmaelsilva1176@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora em Educação, Unidade de Educação, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - PB, [professoraguidotti@gmail.com](mailto:professoraguidotti@gmail.com)

discussões sobre e a favor de uma pedagogia plural, homogênea, progressista e contra-hegemônica.

Tendo tais conceitos como caminhos para discussões é que desenvolve-se este trabalho, resultante tanto de observações realizadas durante a disciplina de estágio supervisionado na Educação Infantil, das experiências vivenciadas nos períodos de observações e regência, bem como das buscas teórico-metodológicas realizadas no intuito da produção científica com relação a Educação Infantil. As abordagens em torno das Infâncias e de padrões hegemônicos na educação são fundamentalmente importantes para se pensar em uma educação e uma pedagogia de natureza contra-hegemônica.

A experiência vivenciada no estágio em Educação Infantil tem uma importância fundamental para entendermos uma série de aspectos que dizem respeito a atuação de educadores/as em processo de formação no contexto educacional. Nos permite perceber e refletir sobre o processo de formação o qual estamos passando, se de fato este prepara e como prepara educadores/as para atuar em respeito a pluralidade, e as diferenças. Este é o “momento laboratorial”, que embora não permita muitas falhas, permite que experimentemos atrelar por exemplo, teorias e práticas. Seja para obter êxitos ou comprovar que algumas teorias não se permitem aplicar em determinados contextos dadas as complexidades.

Nesse sentido, busco refletir sobre as experiências vivenciadas n. Estágio Supervisionado em Educação Infantil, realizado no 5º (quinto) período do curso de Pedagogia matutino, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, tendo como por objetivos do estágio discutir a realidade escolar da Educação Infantil, a partir da partilha de experiências vivenciadas em diferentes escolas da região e ainda, desenvolver experiências socioeducativas com crianças em instituições de Educação Infantil, desenvolver atividades que contemplem aspectos psicomotores e sociointeracionistas como também, sistematizar propostas de atividades da instituição a se desenvolver a regência.

As reflexões no trabalho contidas surgem a partir de Krammer (2000), Saviani (2008), Gallina (2016), Alves (2011), Ostetto (2012), Dias (2012) e o referencial em leis educacionais, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) publicada 1996.

Dito isto, objetiva, aqui, destacar a importância desta etapa formativa para o/a educador/a em formação, além de problematizar os modelos de educação hegemônicos e tradicionais, bem como o risco de práticas conservadoras que violam os direitos das crianças,

trazendo olhares que possibilitam pensar práticas pedagógicas emancipatórias, verticalizando ainda uma discussão em torno das infâncias e o respeito a essas infâncias. Todos esses objetivos serão tratados e desenvolvidos durante a discussão teórica articulando-se com as vivências propiciadas durante o Estágio Supervisionado.

## **METODOLOGIA**

A proposta metodológica se apoia no relato de experiências no campo de estágio, com uma abordagem qualitativa, que é caracterizada a partir de Godoy (1995, p. 58) ao abordar que “num estudo quantitativo o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados”. essa pesquisa, conforme abordado anteriormente, foi realizada durante a disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Infantil ofertada pelo curso de licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande, (UFCG) Campus Cajazeiras.

O estágio em questão foi realizado em uma creche da rede pública de ensino do município de Ipaumirim – CE, numa sala com 26 (vinte e seis) crianças matriculadas com idades entre 5 (cinco) anos e 5 (cinco) anos e alguns meses. O desenvolvimento deste artigo também deu-se a partir de um levantamento de referências bibliográficas que discute, dentre outras coisas, a Educação Infantil, as Infâncias e as estruturas hegemônicas presentes na educação Brasileira.

## **DESENVOLVIMENTO**

Anterior a uma discussão a respeito da educação infantil ou de procedimentos pedagógicos e metodológicos nessa etapa da educação básica, é necessário que haja uma discussão partindo da reflexão das infâncias, do conhecimento da e sobre as crianças. Focalizamos os nossos estudos contemporâneos a partir de um determinado lugar no tempo o qual esquecemos de fazer uma discussão necessária que nos permita entender o mundo visto pela ótica das crianças. Contudo, a busca pela compreensão sobre a criança pensada a essa perspectiva de necessidade tem tido avanços crescentes em diversos campos do conhecimento, que não seja só o campo educacional e pedagógico, destacando as várias

correntes da psicologia e da psicanálise, na história, em particular a história social e familiar da criança e no campo da sociologia (KRAMER, 2000).

A maneira a qual percebemos as crianças, de um lado é completamente generalista o que se torna extremamente superficial e do outro é completamente abstrata. Em outras palavras, percebemos as crianças enquanto seres *infans* (aquele que não fala), como seres incapazes de produzir cultura. Frases como “não leve em consideração, é coisa de criança”, mata o conhecimento que está sendo produzido por aquela criança, é uma dinâmica completamente perversa e desumana. Afinal, “Se existe a história humana é porque o homem tem uma infância” (KAMMER, 2000, p. 4). Ou seja, não faz sentido algum descaracterizar o que as crianças produzem, em nome de uma hegemonia adulta que é falha em todos os sentidos pertinentes a história e a teoria.

Outra abordagem necessária a se tratar dentro dessa discussão, são as características disciplinares e controladoras do adulto sob a criança tornando-os reféns de conceitos e práticas que não dizem respeito ao seu ser, mas ao ser do outro, do adulto. Conceitos esses, atribuídos a criança antes mesmo de seu nascimento. Perdendo assim, uma dimensão fundamental para a vivência singular dessas crianças. “Essa perda acaba criando problemas, à medida que a potência de experimentar é capturada [...]” (GALLINA, 2016, p. 244). Em outras palavras, as possibilidades das crianças viverem experiências e tomarem decisões a partir dessas experiências são capturadas e aniquiladas, pelos adultos. Nós acabamos por decidir toda a vivência infantil da criança por acreditarmos em sua incapacidade. Parecendo por vezes, que tudo se trata de medo, já que as crianças possuem olhares críticos e avessos a ordem hegemônica adulta e que por vezes acaba por subverterem essa ordem (KRAMMER, 2000, p. 5).

O mundo que lhes é dado a conhecer é completamente assombroso, não no sentido de falar sobre ele da maneira como ele de fato é, mas a obscuridade está justamente em não falar sobre esse mundo como nós o conhecermos, criando possibilidades de indagações e questionamentos. Nós, adultos temos por obrigação de não omitir informações das crianças, nos desfazendo de suas perspectivas. Muito pelo contrário, devemos apresentar os cenários e não fingir que elas serão poupadas desses cenários. Como diz (ARENDDT, 1979, p. 10 apud KRAMER, 2000, p. 7):

A convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível, pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares-comuns. Compreender não

significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência, sem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja.

A partir do momento que direcionamos nossos olhares a realidade somos capazes de desmontar conceitos errôneos e hegemônicos. Não negar a criança os fatos é uma grande responsabilidade, criar possibilidades para que elas mesmas investigam esses fatos é uma responsabilidade maior ainda. Devemos defender a criança a partir da concepção que assegura e reconhece o que é inerente a infância, o poder de imaginação, de fantasia, e de criação (KRAMER, 2000). Nesse sentido, outra abordagem faz-se pertinente, a de que tolhemos a curiosidade das crianças, damos respostas prontas para tudo, não permitimos e bem menos criamos possibilidades das próprias crianças refletirem a respeito de determinado aspecto, é cômodo, é profícuo que digamos: É assim.

Quando entendemos e refletimos sobre essas abordagens a respeito das infâncias e de alguns aspectos nelas contidos e que precisam ser discutidos, podemos pensar o eixo educacional. Será que mesmo com esses desafios enfrentados pela sociedade diante dessa abordagem das infâncias podemos pensar uma educação que haja de maneira contrária a essas demandas excludentes e hegemônicas com relação ao “mundo adulto” em detrimento das crianças? Nesse sentido, Kramer (2000, p. 7) observa que:

[..] o nosso maior objetivo é construir uma educação fundada no reconhecimento do outro e suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, classe social, idade. Mas isso é pouco hoje. Para alcançar este objetivo, é preciso combater a desigualdade e educar contra a barbárie, o que implica uma ética e exige uma perspectiva de formação cultural que assegure sua dimensão de experiência crítica. [...] precisamos gerar experiências de educação e socialização, com práticas solidárias entre crianças, jovens e adultos, com ações coletivas, elos e laços capazes de gerar o sentido de pertencer a. Precisamos de escolas espaços de educação infantil capazes de fazer diferente; precisamos mostrar na mídia outros modelos de educação e outros modos de ser criança que existem também.

O contexto educacional contemporâneo, por vezes acaba reproduzindo essa hegemonia de saberes nas creches, pré-escolas, escolas e universidades, e educar contra esses conceitos não se trata de uma tarefa fácil, mas que é necessária. O professor não deve agir como detentor absoluto do saber, mas como mediador de tal, pavimentando caminhos e criando possibilidades para a aprendizagem, e isso deve se dar sobretudo na educação infantil, etapa

fundamental e significava para a formação é desenvolvimento humano defendida no Art. 29 da Sessão II da (LDB) de 1996 como:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Lei 9.394/96, Art. 29)

Ao pensarmos em desenvolvimento integral nos aspectos defendidos pela LDB, físico, psicológico, intelectual e social, se torna inconsistente pensar pedagogicamente e metodologicamente nesses aspectos dissociados das teses a respeito das infâncias, defendidas anteriormente. Afinal, se o educador/a procura promover conhecimentos de maneira progressiva e acessível a todos/as ele deve ou deveria direcionar esforços para verticalizar os saberes produzidos pelas crianças. Nesse sentido, Alves (2011, p. 11) ressalta que:

As novas concepções de criança, baseadas nas múltiplas áreas do desenvolvimento e na condição de sujeito ativo e de direito, indicam que a educação da criança deve promover a aprendizagem considerando a integralidade e a indivisibilidade das dimensões de seu desenvolvimento.

A etapa da educação infantil deve de todos os modos, sem exceção, trabalhar em função do desenvolvimento das crianças, respeitando suas experiências pessoais e coletivas, seus conhecimentos preestabelecidos no processo de construção social da identidade e suas trajetórias. Nesse prisma de ideias devemos refletir sobre as metodologias de ensino as quais pretendemos adotar, se serão metodologias contra-hegemônicas que contemplem uma educação seria, progressista e pensada para o desenvolvimento das competências necessárias as crianças, ou metodologias que reafirmem ou reproduzam padrões educacionais hegemônicos e conservadores. A partir desse entendimento, Kramer (2000, p. 8) destaca que:

Escolas, pré-escolas e creches são espaços de circulação das culturas, no plural: das tradições culturais, costumes e valores dos diferentes grupos, suas trajetórias, experiências, seu saber; dos conhecimentos culturais disponíveis na história de uma dada sociedade, povo, país. O que singulariza o ser humano é essa pluralidade de experiências, de valores e saberes presentes na dança, música, na produção de objetos, nas festas civis ou religiosas, nos modos de cuidar das crianças, da terra, dos alimentos, roupas, nas trajetórias contadas pelas famílias, grupos, etnias. Essa pluralidade cultural materializa-se também na literatura, no cinema, arte, música, fotografia, teatro, pintura, escultura, nos museus, na arquitetura.

O respeito a pluralidade cultural presentes nas crianças desde sempre é o de fato deve ser propagado dentro dos muros das escolas, creches e pré-escolas. A produção de conhecimentos elaborados e sistematizados está justamente presente nesses aspectos culturais.

Devemos educar para e junto com o outro, entendido que esse outro sejam crianças, crianças capazes de ver o mundo sob uma ótica imperceptível a muitos adultos. Educar pensando no mundo novo que aquela criança poderá produzir. Devemos educar contra a hegemonia, contra a padrões conservadores antidemocráticos e contra a barbárie (KRAMER, 2000). E considerando a relevância da etapa da educação infantil, podemos nos permitir a pensar mudanças concretas a partir dela, colocando o presente a crítica tendo a chance de torna-lo diferente do que é, entendendo que o passado não deveria ter sido como foi, e que o futuro pode de fato mudar o que nos parece inevitável.

## **TECENDO ALGUMAS VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO**

Se torna fundamentalmente pertinente que se relate as experiências vivenciadas em estágios com finalidade de refletir a prática nessa etapa de formação, funcionando por vezes como auto avaliação da prática, aqui, tal reflexão voltada para a Educação Infantil. É comum ver/ouvir inúmeros relatos de estágios na Educação Infantil atrelado ao medo e a insegurança, e esses sentimentos são de fato reais. Entretanto é necessário transformar esses anseios em determinações que serão na maioria das vezes de uma construção de conhecimentos que estão complementemente imbricados com a prática.

Faz-se necessário ainda, uma reflexão em torno dessas práticas e qual a proposta de estágio que se pretende realizar, permitindo criar “[...] uma proposta de estágio que busca problematizar a prática educativa entre os grupos de crianças [...] a partir do encontro, como já foi dito, entre educadores em formação inicial é educadores em serviço” (OSTETTO, 2012, p. 21). Nesse sentido, é necessário destacar a necessidade da interlocução entre estagiários/as e professores/as em serviço, afinal, somente a partir de um elo de ligação entre esses que será possível a eficácia das práticas educativas dos/as estagiários/as para com as crianças e realização dessa etapa importante para os/as educadores/as em formação.

Tendo entendido isto, destaco algumas das vivências propiciadas pela experiência do estágio. Durante a semana de observação algumas coisas já começaram a me deixar inquieto com relação ao fato dos/as professores/as tentarem mesmo que não notassem, tornar a minha presença ali como algo punitivo as crianças, sempre que os alunos se dispersavam ou começavam a falar alto, eles disparavam: “O professor tá ali só olhando e anotando o comportamento de vocês, se comportem se não ele mostra para a mãe de vocês”. Esse

comportamento dos/as professores/as regentes com relação a mim durou toda a semana, mesmo eu tendo feito algumas intervenções em falas como essas e em momentos particulares pedido que ponderassem em comentários como esses, já que eu não queria passar a imagem de “professor punitivo” tendo em vista que eu iria atuar com as crianças no momento da regência.

Nesse sentido, surge a proposta de uma educação contra-hegemônica, baseada na necessidade de construir pedagogias que subvertam ideias hegemônicas, e que ao invés de servir aos interesses dominantes, se articulassem com os interesses dominados, faz-se fundamental (SAVIANI, 2008). Nada precisamos de professores/as autoritários e que transmitam medo. Obviamente que não se pode anular a proposição de respeito com relação a figura do/a professor/a, mas isso não deve significar impor medos e relações arbitrárias.

Um outro episódio que destaco ocorreu em uma das atividades rotineiras propostas pela professora regente. As atividades impressas que as crianças realizavam todos os dias tinham desenhos para pintar, e nessa ocasião em especial, eram desenhos de personagens da turma da Mônica, vi ali a oportunidade de abordar a questão do lápis “cor de pele” de uma maneira mais dinâmica e com toda a turma. Antes que eles terminassem a parte escrita e fossem pintar, retirei todos os lápis em tons salmão das latinhas de lápis de pintar e guardei.

Antes que eu esperasse começaram a perguntar onde estava o “lápis cor de pele”, então mostrei a eles uma caixa de lápis que haviam várias tonalidades de pele e abordei que aquela cor salmão não se tratava de uma cor única para todas as peles, que há uma grande diversidade de tonalidades de pele, eles quiseram pintar com os lápis que havia mostrado e pedi para que cada um escolhesse uma tonalidade para pintar o rosto da personagem. Dessa vez todos ficaram atentos a discussão e pareceram ter entendido, tanto que começaram a chamar o lápis de “lápis rosinha”. Segundo (DIAS, 2012) é fundamental ter certos insights e saber como abordar situações sérias como no caso das relações étnico-raciais na Educação Infantil de maneira lúdica e acessível ao entendimento da criança.

Outro episódio que merece destaque diz respeito a avaliações da aprendizagem das crianças, entendendo que “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva” (LUCKESI, 2002, p. 5), a avaliação em vigência ainda se dava por meio de uma avaliação classificatória e completamente seletiva. Em

todas as atividades impressas a professora regente sempre atribuía nota aos resultados alcançados por algumas crianças a partir dessas atividades e em outras a professora atribuía mensagens, do tipo: “Parabéns”, “Ótimo”, “Sensacional”, etc. Pode não parecer ofensivo, entretanto isso gerava conflitos entre as crianças que prontamente diziam: “Tia, o fulano tirou 10, porquê eu não tirei?”.

A problemática da avaliação é grande, e assusta quando notamos que essas práticas de avaliações classificatórias começam da etapa de ensino dos anos iniciais. Diante disso, existem alguns caminhos a serem percorridos a fim de romper e superar tais modelos avaliativos nas escolas que atendem como conservadores e autoritários. É necessário superar o autoritarismo e estabelecer a autonomia dos/as educandos/as é um passo fundamental dentro de um modelo social que propõe a participação democrática de todos (LUCKESI, 1996). Em outras palavras é necessário que a avaliação da aprendizagem dentro dessa discussão deva se manifestar como garantia de avanço, crescimento e humanização do educando/a, “[...] oferecer a -eles- meios pelos quais possam ser sujeitos desse processo e não objeto de ajustamento” (Luckesi, 1996, p. 31).

Pensar na criança e no seu processo de desenvolvimento de maneira a respeitar suas vivências e contextos, afim de motivar suas potencialidades. Educar em respeito às infâncias, a criança, pensando no desenvolvimento integral. Nesse sentido a avaliação da aprendizagem também pode ser pensando dentro desses moldes que subvertam ou que vá em desencontro a uma educação, ou métodos tradicionais de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, deve-se pensar nas práticas educacionais quais produzimos e como produzimos. É necessário estender as perversas estruturas que estão arraigadas a sociedade e colocar tal contexto em debate, afim de movimentar a educação, proporcionar mudanças em nome de uma educação em a respeito a pluralidade.

Nesse sentido, reportando os olhares e as memórias a muito do que foi vivenciado durante a experiência de estágio, posso dizer que na prática foi compensatório e de um aprendizado o qual levarei comigo durante toda a minha trajetória enquanto educador em formação e em exercício. Todas as vivências vieram atreladas a algumas dores e frustrações que foram aos poucos sendo substituídas por orgulho e satisfação do trabalho construído

durante este estágio. Os estudos realizados a respeito do estágio em si, e os estudos os quais me enveredaram pela discussão teórica, foram essenciais para as minhas práticas durante a regência. Considero ousada a discussão teórica a respeito e em respeito as infâncias desenvolvidas por Sonia Kramer, e me colocar diante dessa discussão, pensando minhas práticas foram de uma importância ímpar.

A partir das experiências vivenciadas pude me colocar frente a discussão da realidade das instituições públicas, quando trago realidades e relatos completamente adversos ao que deveria ser a vida em infância e de uma educação contra-hegemônica. Mesmo com tantos anseios, medos e angústias que me tiravam o sono, me vi face a face comigo mesmo e antes que eu pudesse me auto sabotar nessa empreitada, pude me enxergar como um ser capaz, que embora o corpo diga não, a vontade de contribuir nesse mundo através da educação está lado a lado dizendo, sim. Durante está caminhada diária pude, posso e poderei trilhar caminhos que antes eram inimagináveis frente a minha realidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna Molisani Ferreira. **Infâncias e educação infantil**: aspectos históricos, legais, pedagógicos. Aleph, Rio de Janeiro. V. N° 16, p. 1-16, nov. 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

DIAS, Lucimar Rosa. **Formação de Professores, educação infantil e diversidades étnico-racial**: Saberes e fazeres nesse processo. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

GALLINA, Simone Freitas Silva da. **As crianças e a desaparecimento das infâncias**. In: Pedagogias das infâncias, crianças e docências na educação infantil. 1. ed. Santa Maria: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016. p. 243-264.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

KRAMER, Sonia. **Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie**. Direitos Humanos na Sala de Aula. Rio de Janeiro, Novamerica, ano 6, n.63, jul. 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. - 4. ed. - São Paulo: Cortez, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das**

**representações sociais.** Eccos revista científica, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Andando por creches e pré-escolas públicas:** Construindo uma proposta de estágio. In: Encontros e encantamentos na educação infantil: Partilhando experiências de estágio. 10. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012. p. 15-29.

SAVIANI, Dermeval. **Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil.** Revista do Centro de Educação e Letras, v. 10 - nº 2 - p. 11-28, Foz do Iguaçu, Paraná, 2008.